

## Orçamento de 2001 será votado até sexta-feira, prevê ACM

Presidente do Congresso está confiante de que haverá *quorum* para a votação. "Fomos nós que fizemos a convocação e vamos votar", afirma Antonio Carlos, que espera a apreciação de outras matérias, como a criação do Fundo Verde-Amarelo



Antonio Carlos Magalhães espera que o Plenário do Congresso Nacional (D) vote a proposta do Orçamento amanhã ou, no máximo, na sexta-feira



PÁGINA 3

### **Relatório de Amir Lando estima em R\$ 18,1 bi os investimentos em 2001**

O relator-geral da proposta orçamentária para 2001, senador Amir Lando, divulgou ontem à tarde o conteúdo integral do substitutivo que submeterá hoje, às 14h, à apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O substitutivo eleva os investimentos do governo de R\$ 12,1 bilhões para R\$ 18,1 bilhões.

PÁGINA 3



### Senado e Câmara terão sessões deliberativas na convocação

PÁGINA 3

### **Senadores criticam corte na distribuição de alimentos**

O anúncio do fim do Programa de Distribuição de Alimentos (Prodea) foi criticado pelos senadores Renan Calheiros e Ademir Andrade. Eles afirmam que um grande contingente de pessoas que vivem na mais completa pobreza será prejudicado com a medida do governo.

PÁGINA 2

# João Alberto propõe resgate da "alegria de ensinar"

Senador defende a retomada da dedicação do professor como condição básica para melhoria da qualidade da educação, cuja queda é apontada em pesquisa nacional de avaliação do ensino básico divulgada pelo Inep



Pontes: Treinamento no Fundef só por instituições de nível superior

## Projeto de Pontes proíbe parentes de prefeitos em conselho do Fundef

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) apresentou projeto que aperfeiçoa o funcionamento dos conselhos estaduais e municipais de acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O projeto proíbe a participação de parentes dos prefeitos nos conselhos e estabelece ainda a obrigatoriedade da representação do Ministério Público. Os prefeitos ficam proibidos, também, de presidir o órgão.

Outro projeto de Pontes torna obrigatória a contratação, pelas prefeituras, de instituições de nível superior para realização dos cursos de treinamento, qualificação e capacitação dos professores. De acordo com o senador, o objetivo é evitar que cursos e empresas sem registro nos conselhos Regional e Federal de Educação continuem provocando "sangrias" aos cofres públicos, ministrando cursos com má qualidade e muitas vezes superfaturados.

Ao comentar os resultados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), o senador João Alberto (PMDB-MA) ressaltou os dados que demonstram, por um lado, aumento expressivo nas matrículas, mas que, por outro, registram a queda na qualidade do ensino. Para melhorar a educação nacional, resumiu o senador, é preciso resgatar a alegria de ensinar.

— Sem alegria, a aprendizagem não acontece. A retomada da dedicação e da alegria como parâmetros para o desencadeamento

da aprendizagem deve ser a base para a consciência que precisamos construir. A dedicação leva o compromisso ao seu termo, a alegria renova as forças, vence o pessimismo e solidariza nas dificuldades — afirmou.

As observações do senador basearam-se nas informações de que, apesar de o país ter atingido o percentual de 97% das crianças matriculadas, a aprendizagem de Matemática e de Língua Portuguesa caiu nos últimos três anos. Segundo o Saeb, um aluno chega ao final da 8ª série do ensino fundamental com um nível de conheci-



João Alberto afirma que matrículas aumentam, mas qualidade do ensino cai

mento correspondente à 4ª série. A queda da qualidade da educação, na avaliação de João Alberto,

pode ser explicada por diversas causas, como a didática defasada, o excesso de conteúdo e de obrigações para os alunos, os baixos salários dos professores, entre outras. Porém, o senador disse estar preocupado especialmente com as falhas no ensino do Português e da Matemática, dois conteúdos extremamente importantes na chamada idade da informação.

— Levantamentos como o do Saeb têm o grande mérito de projetar a realidade educacional numa grande tela, para que toda a nação possa ver e estabelecer caminhos — concluiu.

## Calheiros critica fim do programa de distribuição de alimentos

O fim do Programa de Distribuição de Alimentos (Prodea), anunciado pelo governo federal, foi criticado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que lembrou a luta "heróica e quase solitária" do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, contra a fome, a qual deu início à distribuição de cestas básicas. Segundo Calheiros, o programa atende hoje a nove milhões de excluídos sociais que vivem "na mais completa humilhação nos bolsões de miséria e pobreza do país".

O senador disse que ressalvas em relação a esse programa já vinham sendo apontadas, entre elas o traço excessivamente centralizador e assistencialista, sem que fossem levadas em consideração pelos técnicos do Comunidade Solidária, que agora pretendem substituir a distribuição de cestas básicas pelo Programa Comunidade Ativa.



Calheiros lembrou a luta "heróica e quase solitária" de Betinho

Calheiros explicou que o novo programa baseia-se na distribuição de vales que seriam trocados por mercadorias no próprio município, o que geraria também movimento na economia local, emprego e renda. O senador observou, no entanto, que os beneficiários não irão adquirir os produtos pelo mesmo preço que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e nem terão condições de fazer o balanceamento de nutrientes da cesta básica que hoje é feito.

— Quando o governo federal anunciou sua disposição de eliminar a pobreza e a fome, jamais imaginei que fosse dessa maneira. Pois, sem a cesta básica ou sem um programa alternativo de execução imediata, estaremos condenando nove milhões de pessoas ao desespero e até à morte. Creio que o Senado não irá concordar com isso — concluiu o senador.

## Ademir alerta que 8,6 milhões de brasileiros foram deixados à míngua

O anúncio, pelo governo federal, do fim do Programa de Distribuição de Alimentos (Prodea), sem que fosse sequer pensada uma alternativa de atendimento à população, provocou os protestos também do senador Ademir Andrade (PSB-PA). De acordo com o senador, a decisão do presidente Fernando Henrique



Ademir: programa foi listado nas prioridades de FHC

deixa à míngua 8 milhões e 600 mil brasileiros. O fim do programa de combate à fome significa a suspensão da distribuição de um milhão e 722 mil cestas básicas em 1.350 municípios, e ainda em 661 acampamentos rurais sem-terra e 605 comunidades indígenas. Ademir salientou que, ao longo do tempo, o governo já vinha diminuindo a quantidade de itens da cesta. Atualmente, o custo médio da cesta é de apenas R\$ 12, e no Nordeste inclui dez quilos de arroz, cinco de flocos de milho, três de feijão, dois de farinha de mandioca e um

quilo de rapadura. Há cinco anos, a cesta incluía também macarrão, ovos, óleo de cozinha, sal e açúcar. Hoje, em algumas regiões, são distribuídos somente arroz, feijão e farinha de mandioca.

— Apesar de demasiadamente assistencialista e equivocado quanto às soluções dos problemas sociais, o programa não pode ser suspenso de forma abrupta e irresponsável — afirmou Ademir Andrade, argumentando que, com todas as suas deficiências, a distribuição de alimentos nos bolsões de miséria no Norte e Nordeste é fundamental para a subsistência de muitas famílias. Ele lembrou que o Prodea foi criado em 1993 pelo governo de Itamar Franco e era incluído entre os projetos básicos do programa Comunidade Solidária, já no governo de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, chegou a ser listado entre as prioridades de campanha do presidente, dentro do programa Avança Brasil.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

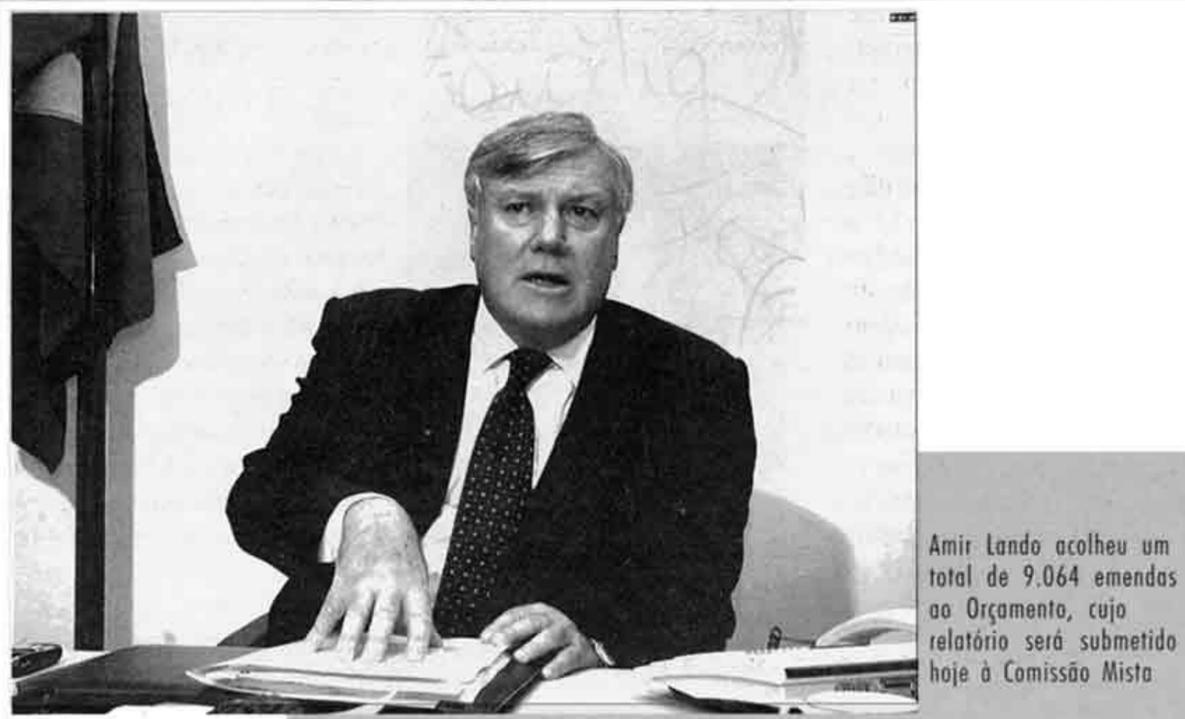
O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# ACM: Congresso vota Orçamento até sexta-feira

Presidente do Congresso está confiante de que haverá *quorum* em plenário para a apreciação da proposta amanhã ou sexta-feira. "Fomos nós que fizemos a convocação e vamos votar", afirma Antonio Carlos Magalhães



Amir Lando acolheu um total de 9.064 emendas ao Orçamento, cujo relatório será submetido hoje à Comissão Mista

## Relatório de Amir Lando prevê investimentos de R\$ 18,1 bilhões

O relator-geral da proposta de lei orçamentária para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), divulgou ontem à tarde o conteúdo integral do substitutivo que submeterá hoje, às 14h, à apreciação do plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Para receitas e despesas estimadas em R\$ 950,2 bilhões, o relator manteve a meta de superávit primário de R\$ 28,1 bilhões prevista na proposta do Executivo e propôs um acréscimo de R\$ 6 bilhões nas despesas com investimentos. O governo previa, em seu projeto, gastos da ordem de R\$ 12,1 bilhões, elevados para R\$ 18,1 bilhões no substitutivo do relator, após o acolhimento integral ou parcial de emendas

parlamentares.

Do total de receitas e despesas, R\$ 540,3 bilhões referem-se a operações de crédito internas e externas para refinanciamento da dívida pública federal. Do restante, R\$ 140,4 bilhões destinam-se à cobertura de encargos financeiros da União com o pagamento de amortização e de juros da dívida pública.

Amir Lando acolheu um total de 9.064 emendas, que representaram modificações no total de R\$ 11,3 bilhões. Destes, R\$ 9,3 bilhões resultaram de reestimativas de receitas, R\$ 1,6 bilhão de recursos originalmente destinados à reserva de contingência, R\$ 258,7 milhões de cortes efetuados nas verbas de custeio e R\$ 223, 5 milhões de cortes em

investimentos previstos no projeto de lei do governo.

De três alterações na previsão de despesas ocorridas após o envio da proposta do governo ao Congresso, o relator assegurou recursos exclusivamente para garantir o aumento do salário mínimo para R\$ 180,00 a partir de abril, em vez de R\$ 159,00 a partir de maio, como previa o projeto do Executivo. As despesas decorrentes do reajuste da remuneração dos militares, de 28,23%, conforme anunciado pelo presidente da República, e o reajuste salarial de 11,98% aos servidores do Poder Judiciário, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), não têm previsão orçamentária no substitutivo do relator.

## Projetos provocaram reestimativa de receitas

Após o envio da proposta orçamentária ao Congresso ocorreram mudanças no âmbito das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, decorrentes da aprovação de três projetos de lei inibindo a sonegação e a elisão fiscal. Eles representarão, conforme estimativa das consultorias de orçamento do Senado e da Câmara, arrecadação adicional da ordem de R\$ 9 bilhões e foram utilizados como principal fonte de receita para o aumento do salário míni-

mo. O relator também reestimou a previsão de receitas originárias do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), acrescidas de R\$ 226,9 milhões sobre os R\$ 77,7 milhões inicialmente previstos. Mais R\$ 53,2 milhões foram acrescidos nas receitas próprias do Ministério da Justiça, oriundos da Contribuição sobre Concursos de Prognósticos.

O Fundo de Combate à Pobreza, por sua vez, permitirá uma receita adicional de R\$ 760 milhões, re-

sultante da majoração de 0,08% da alíquota da CPMF.

Segundo o líder do governo na Comissão de Orçamento, deputado Ricardo Barros (PTB-PR), a reestimativa de receitas fundamenta-se nas reestimativas feitas pelo Congresso em anos anteriores, confirmadas pela execução orçamentária, e no fato de os parlamentares, neste ano, terem apresentado "as ferramentas para viabilizar o aumento da arrecadação".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que o Congresso deverá votar o Orçamento de 2001 até o final da semana. Ele previu que as votações ocorram amanhã e, se necessário, na sexta. O senador se disse confiante de que haverá *quorum* para a votação – 41 senadores e 257 deputados – e garantiu que seu partido, o PFL, estará presente em plenário.

– Fomos nós que fizemos a convocação para o Orçamento e vamos votar – assegurou.

Antonio Carlos defendeu a votação de outras matérias no

Congresso, aproveitando a presença dos parlamentares em Brasília. Segundo ele, pode entrar na pauta do Senado o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa, conhecido como Fundo Verde-Amarelo.

O senador acredita que o presidente Fernando Henrique Cardoso sancione o projeto que flexibiliza o instituto do sigilo bancário antes da votação do Orçamento. "Esta é uma das receitas do Orçamento, porque reduz a sonegação. Ele deve sancionar agora e enviar à regulamentação no próximo ano."

## Senado e Câmara terão sessões deliberativas

Os presidentes do Senado Federal, senador Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara dos Deputados, deputado Michel Temer, assinaram ontem um aditamento ao ato convocatório do Congresso, permitindo que as duas Casas realizem sessões deliberativas separadamente, para apreciar outros temas além do Orçamento da União para 2001, até sexta-feira.

Os dois presidentes acertaram, contudo, que somente haverá sessão deliberativa no Senado ou na Câmara se houver *quorum* em ambas as Casas.

O aditamento ao ato convocatório assinado ontem por Antonio Carlos e Temer assinala que não haverá pagamento de ajuda de custos aos parlamentares, durante esse período extraordinário de convocação do Congresso Nacional, que vai até sexta-feira.

Como consequência do ato, o Senado deve realizar sessão hoje, podendo deliberar sobre projetos que tramitam na Casa e que estão prontos para votação, como os que ficaram dependendo de decisão na última sessão plenária, realizada no dia 14.

Não votados por falta de tempo, ficaram aguardando decisão 11 itens, entre eles, o que cria, no âmbito do Senado, a Universidade do Legislativo (UniLegis). De iniciativa da Mesa Diretora, a UniLegis será uma instituição destinada a promover cursos, ciclos de estudos e de debates, conferências e simpósios, além do desenvolvimento de

linhas de investigação científica em matéria legislativa. Relator da matéria na Comissão de Educação, o senador José Fogaça (PMDB-RS) considerou a proposição da maior importância para o país.

Na primeira tentativa de votação da matéria, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou-se contrário à iniciativa, considerando-a incompreensível em face do que realizam as universidades federais do país. Ele acha que o Senado não pode fundar uma universidade sem um criterioso exame do assunto.

Também ficaram aguardando votação três textos diplomáticos: o Tratado de Extradicação, celebrado em 1995, entre o governo brasileiro e o governo da Coreia; a Convenção Interamericana sobre o cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, assinada em 1993, em Manágua; e o Acordo de Cooperação Cultural, celebrado em 1999, entre o governo brasileiro e a República do Zimbábue.

Ficaram ainda aguardando votação decretos de autorização para o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Mundial FM, de Toledo (PR); Fundação José de Paiva Netto, de São José dos Campos (SP); Associação Comunitária Centro Norte de Rádio e Difusão, de Colíder (MT); Associação Rádio Comunitária de Monte Dourado da Amazônia, de Almeirim (PA); Associação Rádio Comunitária Vera Cruz, de Amapá (AP); Fundação Rádio Educadora, de Bragança (PA); e Fundação Nacional da Cultura Negra e Miscigenações Brasileiras, de Capanema (PA).

## Rocha quer impedir ação de parente de juiz em processo

Aguarda decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que impede, na ação processual, o trabalho do advogado que seja parente do juiz. A iniciativa altera o Estatuto da Advocacia e, conforme o parlamentar, baseia-se na necessidade de impor limites à atuação do advogado nos tribunais em que seus parentes ocupem cargos da magistratura.

Sebastião Rocha lembra que já é ponto pacífico o impedimento dos magistrados nos processos em que uma das partes é ou se faz representar por seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, ou ainda quando são seus amigos ou inimigos.

Mas argumentou que, no tocante aos advogados, não há qualquer restrição, o que gera situações bizarras em que um juiz, legitimamente indicado para determinado julgamento, vê-se obrigado a retirar-se porque seu parente ingressou na causa como advogado de uma das partes.



Projeto de Sebastião Rocha, que está na Comissão de Justiça, altera Estatuto da OAB

O senador definiu seu projeto como uma demarcação da cronologia processual para impedir o ingresso nos autos do parente que nele chega por último. Conforme explicou, se o advogado já atuava no processo, deve nele permanecer, e o juiz, caso seja parente, deve ser impedido de decidir. Se, ao contrário, o juiz é que já se encontrava vinculado à ação, é o advogado que não poderá atuar nos autos. Na CCJ, o projeto será votado em decisão terminativa.

## Bezerra cobra solução para rotulagem de transgênicos

Preocupado com a necessidade de o Brasil rotular os produtos transgênicos, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu que o governo acelere os trabalhos da Comissão Interministerial que elabora portaria sobre o assunto. Ele entende que o país precisa entrar no novo milênio com esse problema resolvido, "em benefício do consumidor brasileiro".

Composta pelos ministros da Ciência e Tecnologia, Saúde, Agricultura e Justiça, a comissão, na opinião do parlamentar, não consegue chegar a um consenso. Ele disse que as divergências, inicialmente técnicas e burocráticas, passaram para o âmbito político. Também afirmou que, desde o ano passado, essa comissão se reúne, prometendo uma decisão para a semana seguinte, mas "as semanas vão correndo e o povo continua esperando".

Carlos Bezerra referiu-se à notícia de que o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, tem argumentado que a rotulagem dos transgênicos provocaria um aumento de 20% nos produtos e que haveria uma despesa desnecessária

de R\$ 500 milhões. O senador observou que, "até hoje, não se conhece qualquer planilha que justifique o receio do ministro". Também afirmou que Pratini de Moraes é favorável à rotulagem apenas dos produtos que contenham mais de 5% de transgênicos, mas a Comissão Interministerial já havia decidido adotar o modelo da União Européia, que obriga a identificação nos rótulos quando o produto for composto por mais de 1% de ingredientes geneticamente modificados.



Carlos Bezerra pede que governo acelere trabalhos da Comissão Interministerial

# Projeto tipifica crime de fraude em concurso

Preocupado com o aprimoramento dos métodos de "cola", Carlos Patrocínio quer pena de um a três meses de detenção para culpados

A fraude em concursos públicos poderá ser punida com penas de um a três meses de detenção. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), deverá ser decidido em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O senador inspirou-se no fato de que, freqüentemente, os jornais noticiam a expulsão dos vestibulares de candidatos apanhados com aprimorados métodos de "cola", muitas vezes utilizando aparelhos eletrônicos.

Patrocínio disse que várias quadrilhas de criminosos já se aproveitaram do desespero de candidatos incautos para lhes oferecer meios fraudulentos de



Carlos Patrocínio: ausência da tipificação do crime gera impunidade

passar nas provas. E argumentou que, mesmo quando capturadas, essas quadrilhas escapam à ação da Justiça, porque suas faltas não

estão legalmente tipificadas como crimes.

Carlos Patrocínio disse que objetiva prevenir "essa inaceitável situação de impunidade". Seu projeto dá a seguinte tipificação penal para o que hoje é apenas uma ação imoral: "Fraudar concurso público, transmitindo ou obtendo informações de forma irregular, durante prova ou exame, mediante a utilização de aparelhos eletrônicos ou quaisquer outros".

Pelo projeto, constitui agravante o fato do crime ter sido praticado com intuito de lucro. A pena passa a ser de seis meses a um ano de detenção, além de multa, se o fato não configurar crime mais grave.

## Lúcio Alcântara elogia atuação do STJ



Romero Jucá aponta busca de excelência no controle de gastos públicos

## Jucá destaca balanço das atividades do TCU

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) ressaltou a importância da publicação pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de um balanço dos principais trabalhos de fiscalização e controle realizados na última década.

Ao analisar os dados apresentados pelo TCU, Jucá disse ter constatado a busca da excelência no controle dos gastos e eficiência na administração pública. Para alcançar esse objetivo, a instituição não se limitou a incrementar as auditorias regulares e as decorrentes de denúncias e representações. Também instituiu as auditorias de desempenho operacional e de avaliação de programas, para aferir a atuação de órgãos governamentais.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que o Superior Tribunal de Justiça modernizou-se e vem prestando à sociedade uma justiça cada vez mais rápida, além de contribuir para o aprimoramento da Constituição e da legislação processual vigente. O senador citou vários melhoramentos na estrutura do STJ, como a informatização de todos os setores, que resultou na redução de custos da justiça para a sociedade.

Com base no *Relatório de Atividades* do STJ, relativo a 1999, Lúcio Alcântara informou que até 31 de dezembro do ano passado foram julgados 116 mil processos, ficando pendentes apenas 2.953, o que corresponde a 2,48%. Para o senador, os números demonstram que o percentual de processos pendentes vem caindo ano a ano, em razão da qualidade do trabalho do STJ. Lúcio Alcântara informou que a média de duração de um processo no STJ atualmente é inferior a cinco meses, graças à desburocratização e à

modernização do tribunal. Em 1999, o STJ decidiu pela obrigatoriedade de afixação de etiquetas de preço em todos os produtos de supermercado; indenização a cliente de empresa aérea por atraso no voo e combate aos abusos dos planos de saúde.

Para o senador, o Superior Tribunal de Justiça, que completou dez anos de criação, também julgou com rigor e rapidez os processos referentes à chacina de Eldorado dos Carajás, à brutal morte do índio pataxó em Brasília e à tragédia do Bateau Mouche.



Lúcio Alcântara explica que duração de um processo no STJ é inferior a cinco meses